



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000692-34.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Cerimonial.

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 309 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo no qual operou-se a contratação, por dispensa de licitação em razão do valor (artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021) da pessoa jurídica **GUIOMAR APARECIDA LEITE**, CNPJ 21.184.573/0001-92, para a prestação de serviços de fornecimento de arranjos florais para atendimento das necessidades do Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em eventos institucionais, incluindo homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos, materializado no Contrato nº 10/2023, com vigência até o dia 08/08/2024 ([1018354](#)), motivo pelo qual o contrato está em plena execução.

02. Na Solicitação nº 23/2023 - CERIMONIAL ([1099493](#)), a unidade esclarece que, do valor total contratado de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) foi executado o montante de R\$ 13.415,65 (treze mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e cinco reais), restando o saldo de R\$ 7.084,35 (sete mil e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos). Assim, como considera que há expectativa de realização de mais um evento institucional no dia 19 de dezembro do corrente ano e outras solenidades no exercício de 2024, aliado ao fato de que o término da vigência do contrato ocorrerá em junho de 2024, solicita o aditamento da avença para acrescer o percentual de 25% sobre o valor do contrato, equivalente a R\$ 5.125,00 (cinco mil, cento e vinte e cinco reais), consoante previsão na Cláusula décima sexta, subcláusula segunda do contrato.

03. Por meio do despacho 3133/2023 ([1099902](#)), o Secretário da SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta de instrumento contratual e, após, à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. A Programação Orçamentária para custear o acréscimo da despesa pretendida no exercício de 2023 foi juntada no evento [1099950](#), oportunidade em que a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração estaria adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, e de acordo com a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 consta do processo SEI nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#). Em relação às despesas que serão executadas no exercício de 2024 houve informação do Coordenador da COFC ([1099953](#)) no sentido de que **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME. Em complemento, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

05. Por fim, juntou-se ao processo a minuta de termo aditivo ao Contrato originário para o registro do acréscimo pretendido ([1100215](#)). Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([1100216](#)). É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0000692-34.2023.6.22.8000) até a presente data, além das outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

07. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

09. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

10. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa nos art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). (Sem destaques no original)

11. Além da previsão legal acima reproduzida verifica-se que há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora. Veja-se:

Contrato nº 10/2023: ([1018354](#))

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, observando o que segue:

Subcláusula Primeira - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Por sua vez, conforme já relatado, na condição de unidade gestora do contrato o CERIMONIAL trouxe ao processo na Solicitação nº 23/2023 - CERIMONIAL ([1099493](#)) as justificativas para do aditivo pleiteado, segundo registra, para o regular atendimento das demandas deste Tribunal. Assim, verifica-se que o acréscimo pretendido não excede os limites do patamar máximo legal e contratual permitidos. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta pela unidade gestora, esta Assessoria se manifesta pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 124, I c/c o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, na Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 10/2023** ([1018354](#)).

IV - DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO

13. Destaca-se que a minuta do Termo Aditivo nº 1 ao contrato originário juntada ao processo pela **SECONT** no evento ([1095529](#)), registra na **CLÁUSULA PRIMEIRA** o referido acréscimo do percentual de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do Contrato, correspondente ao valor de **R\$ 5.125,00** (cinco mil cento e vinte e cinco reais); inclusão expressa sobre o dever da contratada de observar a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação; na **CLÁUSULA TERCEIRA** o fundamento legal e contratual para a prática do ato e, ainda, na **CLÁUSULA QUARTA** a ratificação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

14. Nesses termos, verifica-se que a minuta do 1º Termo Aditivo ([1100215](#)) sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133/2021. Sendo assim, a referida minuta atende aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

V – DA CONCLUSÃO

15. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação nº 23/2023 - CERIMONIAL ([1099493](#)), com fundamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no art. 124, I c/c o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, na Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 10/2023 ([1018354](#)).

Conforme já apontado no item 04 deste parecer, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida** ([1099950](#)). Em relação às despesas que serão executadas no exercício de 2024 houve informação do Coordenador da COFC ([1099953](#)) no sentido de que **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.

16. Importa ainda destacar a necessária **notificação** da contratada quanto à inclusão da nova obrigação imposta pelo item 21 da Cláusula Décima Primeira do Contrato TRE-RO nº 10/2023.

17. A análise formal dos termos da minuta carreada ao processo pela SECONT no evento ([1100215](#)), revela que o instrumento encontra-se em harmonia com a legislação de regência e com a redação adequada ao aditivo de acréscimo pleiteado, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 18/12/2023, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1100233** e o código CRC **ED0F9804**.